



CORONEL TALAVERA AZEREDO

Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército.



TENENTE-CORONEL SHOJI

Formulador doutrinário de movimento e manobra, Assuntos Cívicos e Operações de Informação do Centro de Doutrina do Exército.

A DIMENSÃO HUMANA EM UMA OPERAÇÃO DE ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

A imagem ainda está gravada na mente: a chegada incessante de famílias ao campo de deslocados de M'Poko, em Bangui, capital da República Centro-Africana (RCA). Sob um sol inclemente que facilmente superava os 40 graus Celsius, mães exaustas carregavam bebês no colo, seus olhos refletiam o trauma de uma fuga desesperada. O campo, uma vasta extensão de abrigos improvisados feitos de lona e madeira, estendia-se ao lado do Aeroporto Internacional de Bangui, um contraste gritante entre a precariedade da vida dos deslocados e a promessa de conexão com o mundo exterior. No coração desse cenário, um mercado de madeira fervilhava de atividade, com moscas zumbindo sobre pedaços de carnes expostas ao tempo, um testemunho da luta diária pela sobrevivência. A poucos metros dali, em meio à multidão e à insalubridade, o hospital dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) operava incansavelmente, um oásis de esperança e cuidado em um mar de necessidades.

Essa realidade vivenciada pelos autores transcende qualquer simulação virtual, construtiva ou viva. Ela nos confronta com a inegável centralidade da dimensão

humana em qualquer intervenção militar contemporânea. Conforme o Manual de Campanha Operações, MC 3.0 (Brasil, 2025), a dimensão humana abrange as interações entre indivíduos e grupos, influenciadas por fatores psicossociais, políticos, econômicos, culturais, psicológicos e crenças, impactando diretamente a forma como as pessoas entendem as informações, tomam decisões e agem.

Nesse contexto, a Proteção de Civis (Ptç Civ) emerge não apenas como um mandato, mas como um imperativo moral e estratégico. O Manual de Campanha Proteção de Civis, MC 3.61-10, define a Ptç Civ como “o conjunto de esforços para reduzir os riscos de violência física contra civis, garantir o direito de acesso a serviços e recursos essenciais e contribuir para o estabelecimento de um ambiente seguro e estável” (Brasil, 2021a, p. 3-2).

As operações de estabilização, como as conduzidas na RCA, são o palco principal no qual a dimensão humana e a proteção de civis se manifestam com maior intensidade e complexidade. O MC Operações descreve-as como aquelas que:

compreendem o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, por meio de uma combinação de atividades cooperativas e coercitivas, a fim de manter ou restabelecer o controle e a segurança de uma determinada área, provendo os serviços essenciais e realizando a ajuda humanitária necessária (Brasil, 2025, p. 4-16 – 4-17).

A RCA, com seu conflito interno prolongado e multifacetado, marcado por uma precária presença estatal e a atuação de diversos grupos armados, caracteriza-se como um teatro de operações extremamente válido para a aplicação e o aprimoramento dessas doutrinas. A atuação da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA), com seu mandato robusto de proteção de civis, exemplifica os desafios e as oportunidades de integrar capacidades militares em um ambiente no qual a dimensão humana é, inegavelmente, o centro de gravidade e a chave para qualquer sucesso duradouro.

Assim, considerando as diferenças doutrinárias do emprego de tropas sob a égide

da ONU e da Doutrina Militar Terrestre (DMT), o artigo apresenta situações vivenciadas por militares brasileiros na MINUSCA (2016–2017), nas áreas de operações, inteligência e de assuntos civis em diferentes escalões, tais como a Equipe de Observadores Militares da Capital (*Team Site Bangui*), o Quartel General de Bria e o Quartel General da MINUSCA, destacando como experiências em campo apontam para os desafios da dimensão humana em operações de estabilização e concluindo como ensinamentos colhidos em desdobramentos no exterior podem contribuir para o aperfeiçoamento da DMT.

“(...) o uso da força adquire uma conotação distinta. Não se trata de aniquilação, mas de dissuasão, coerção e, fundamentalmente, proteção.”

OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, A SINTONIA ENTRE A ONU E A DMT

As operações de estabilização representam um dos mais complexos e desafiadores empregos do poder militar na atualidade. Ainda que possam ocorrer em meio a uma ofensiva ou defensiva militar, principalmente em conflitos de longa duração, o uso da força letal é reduzido nesse contexto, em virtude de menor presença de inimigos estruturados ou da presença de forças adversas, como resistências ou grupos armados.

Esse tipo de operação é intrinsecamente caracterizado por elementos como o “uso limitado da força”, uma “grande coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais”, uma “grande interação com a população” e a “influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações” (Brasil, 2025, p. 4-17).

Nesse ambiente, o uso da força adquire uma conotação distinta. Não se trata de aniquilação, mas de dissuasão, coerção e, fundamentalmente, de proteção. A força é empregada como um instrumento para criar e manter um ambiente seguro, permitindo a restauração da autoridade estatal, a entrega de ajuda humanitária e o início de processos de recuperação

e de desenvolvimento. A legitimidade do emprego da força, nesse contexto, é diretamente proporcional à sua aderência aos princípios do Direito Internacional Humanitário (DIH) e do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), bem como à sua percepção pela população local como um meio de proteção, e não de opressão.

As resoluções do Conselho de Segurança da ONU que estabelecem missões de estabilização como a MINUSCA, na República Centro-Africana (RCA), frequentemente autorizam o uso de “todos os meios necessários” para cumprir seus mandatos. Essa prerrogativa é consistentemente reiterada, como exemplificado pela Resolução nº 2.281 (ONU, 2016a), que autoriza a MINUSCA a “tomar todos os meios necessários para cumprir seu mandato dentro de suas capacidades e áreas de desdobramento” (ONU, 2016a, p.1, tradução nossa). Autorizações similares são encontradas nas Resoluções nº 2.301 (ONU, 2016b) e nº 2.387 (ONU, 2017b), e, mais recentemente, na Resolução nº 2.759 (2024), que mantém essa prerrogativa para a MINUSCA (ONU, 2024).

Contudo, essa autorização robusta está alicerçada nos princípios básicos de manutenção da paz, como o consentimento das partes, a imparcialidade e o não uso da força, exceto em autodefesa e defesa do mandato (ONU, 2024). Isso exige uma aplicação da força altamente disciplinada, proporcional e, sempre que possível, gradual.

As semelhanças entre as missões de estabilização (ONU x DMT) se tornam claras quando analisamos o conceito de *Peacekeeping* robusto, que marca a evolução das missões de paz da ONU. Diferente do *Peacekeeping* tradicional, focado na observação de cessar-fogo entre Estados, o modelo robusto, autorizado sob o Capítulo VII da Carta da ONU, permite o uso proativo da força para a defesa do mandato, incluindo a proteção de civis sob ameaça iminente. Essa nova postura exige uma doutrina militar que, como a brasileira, saiba modular o uso da força, priorizando a dissuasão e a proteção ou a neutralização em detrimento da destruição, característica relevante para as operações de estabilização.

A sinergia entre as duas abordagens é também visível na importância dada à Coordenação Civil-Militar (UN-CIMIC) da ONU e aos Assuntos Cíveis da DMT. A DMT, assim como os manuais da ONU, reconhece que o sucesso em uma Operação de Estabilização não depende apenas da segurança, mas da restauração de serviços básicos e da governança, o que exige uma colaboração intensa e estruturada entre o componente militar e os atores civis, como agências humanitárias, ONGs e o próprio governo anfitrião.

Essa sinergia doutrinária não é mera coincidência, mas o resultado de um processo de retroalimentação. A longa e notável participação do Brasil em missões de paz, com destaque para o comando do componente militar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), serviu como um verdadeiro laboratório para o desenvolvimento da DMT. A experiência prática na gestão de crises complexas, na proteção de civis em ambientes voláteis e na indispensável interação com atores humanitários e de desenvolvimento forjou uma doutrina nacional que dialoga diretamente com as melhores práticas consolidadas pela ONU.

Essa abordagem modular da força, exigida pelo *Peacekeeping* robusto, encontra sua tradução operacional direta nos manuais da Força Terrestre. O Manual de Campanha Proteção de Civis, por exemplo, detalha taticamente como aplicar o princípio da proporcionalidade, enfatizando que o uso da força deve ser “proporcional e, sempre que possível, gradativo, a fim de controlar a situação”, indicando opções como “contatos e negociações pessoais, sinais de voz e visuais, rádio ou outros meios eletrônicos de comunicação, manobras, carregamento de armas e tiros de aviso” antes de se recorrer à força letal (Brasil, 2021a, p. 2-10). O disparo direto é justificado apenas como “último recurso, a fim de repelir injusta ameaça, atual ou iminente, a si ou a outra pessoa” (Brasil, 2021a, p. 2-10), devendo ser “apontado e controlado”, com “todas as precauções possíveis para evitar e, em qualquer caso, minimizar efeitos colaterais” (Brasil, 2021a, p. 2-11).

AS REGRAS DE ENGAJAMENTO (RE), UM VETOR DE PROTEÇÃO DE CIVIS NA DIMENSÃO FÍSICA

No cerne da aplicação controlada e legítima da força em operações de estabilização, estão as RE, definidas como as diretrizes que “orientam quanto ao uso da força num determinado contexto” (Brasil, 2021a, p. 2-10). Elas servem como um elo vital entre o mandato político da missão, as leis internacionais aplicáveis (DIH e DIDH) e a ação tática no terreno.

A elaboração das RE é um processo rigoroso, que exige “assessoramento jurídico, por oficial bacharel em Direito, preferencialmente com especialidade em DICA” (Brasil, 2021a, p. 2-10). Uma vez aprovadas, as RE devem ser “amplamente difundidas para a tropa e de conhecimento de todos os militares” (Brasil, 2021a, p. 2-10). Essa disseminação e compreensão são fundamentais para garantir que cada militar no terreno saiba exatamente quando e como pode usar a força, ou seja, como atuar na dimensão física, minimizando o risco de incidentes que possam comprometer a missão e a confiança da população.

A importância das RE em operações de estabilização reside em múltiplos aspectos. Primeiramente, RE claras e bem aplicadas demonstram o compromisso da força de paz com a proteção de civis e o respeito às leis internacionais, o que é crucial para construir e manter a confiança da população local, das autoridades do país anfitrião e da comunidade internacional. A Resolução nº 2.759 (ONU, 2024), por exemplo, reafirma os “princípios básicos de manutenção da paz, como consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força, exceto em autodefesa e defesa do mandato” (ONU, 2024, p. 1, tradução nossa), e as RE devem refletir esses princípios.

Em segundo lugar, as RE em missões de paz frequentemente contêm disposições específicas para a proteção de civis. O Manual de Campanha Proteção de Civis destaca que as RE podem autorizar o uso da força para “proteger civis, incluindo deslocados internos, refugiados, pessoal humanitário e defensores de direitos humanos, sob ameaça iminente de violência física de

membros de grupos armados organizados, grupos armados ilegais ou organizações criminosas” (Brasil, 2021a, p. 2-11). Essa permissão é vital em cenários como a RCA, onde a população é frequentemente alvo de violência indiscriminada.

“As RE não são meros procedimentos burocráticos de viés jurídico, mas sim a espinha dorsal da conduta militar em operações de estabilização.”

Adicionalmente, RE bem definidas fornecem um quadro claro para a responsabilização em caso de uso indevido da força. Elas permitem que as investigações sejam conduzidas de forma transparente e que os responsáveis por violações sejam levados à justiça. Por fim, em situações de alta pressão e ambiguidade, as RE fornecem um guia essencial para os militares nas tomadas de decisões no terreno. O conceito de mentalidade de prevenção (Preciso, Posso e Devo – PPD) (Brasil, 2021a) é um exemplo prático de como as RE orientam a decisão de usar a força, incentivando a reflexão sobre a necessidade, a permissibilidade legal e a conveniência tática da ação. A distinção entre intenção hostil e ato hostil (Brasil, 2021a) é um desafio constante, e as RE devem fornecer clareza para que os militares possam agir decisivamente quando necessário, mas com a devida autocontenção. Nesse contexto, destacam-se a avaliação subjetiva, a consciência cultural e o peso da dimensão humana nas decisões de empregar ou não a força, priorizando a proteção de civis em seu entendimento mais amplo.

As RE não são meros procedimentos burocráticos de viés jurídico, mas sim a espinha dorsal da conduta militar em operações de estabilização. Elas garantem que o emprego da força seja um instrumento de proteção e estabilização, indicando à tropa o seu dever de proteger e seu amparo para prevenir, agir e reagir em prol de públicos vulneráveis.

A DIMENSÃO HUMANA NAS OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO

A compreensão e a adequada atuação militar no que concerne à dimensão humana

são elementos cruciais para o sucesso das operações, sobretudo das que envolvem tarefas de estabilização, transcendendo a aplicação direta da força e a manobra tática. Em ambientes complexos e voláteis, como o da República Centro-Africana, onde as linhas entre combatentes e não combatentes são frequentemente tênues e a população civil é o principal alvo ou vítima do conflito, a capacidade de interagir, influenciar e proteger o ambiente humano torna-se o verdadeiro centro de gravidade da missão.

As ações, percepções e reações humanas são a força motriz das relações de causa e efeito entre a dimensão humana e a dimensão informacional, apontando assim para a complexidade do ambiente operacional, no qual atitudes e comportamentos moldam a realidade e influenciam diretamente o desfecho das operações. O Manual de Campanha Assuntos Cíveis (MC 3.41) enfatiza que “as operações militares ocorrem, cada vez mais, no meio da população. Essas condicionantes realçam a relevância de serem levados em consideração todos os fatores da dimensão humana para o sucesso da missão” (Brasil, 2021b, p. 1-1).

Com isso, entende-se que as atividades de Assuntos Cíveis (CIMIC) desempenham um papel primordial, atuando como a interface entre as capacidades militares e as capacidades civis, sendo também reforçadas pela DMT quando descreve a CIMIC como a função que “tem a responsabilidade de estabelecer, manter, influenciar ou de explorar as relações entre as forças militares, as agências e a população em uma área operacional” (Brasil, 2021b, p. 2-3).

Essa interação visa construir confiança mútua, obter apoio e facilitar a compreensão das necessidades e dinâmicas locais, elementos essenciais para a legitimidade e a eficácia da missão. A confiança é um ativo intangível, mas de valor inestimável, que permite a coleta de informações vitais, a aceitação da presença militar e a cooperação em iniciativas de estabilização e ajuda humanitária.

A consciência cultural é outro pilar da dimensão humana. Em cenários como o da RCA, onde a diversidade étnica, religiosa e social é marcante, o desconhecimento ou a desconsideração das tradições e costumes

locais pode gerar atritos e minar a credibilidade da força de paz. O Manual de Campanha Assuntos Cíveis adverte que “uma violação, mesmo não intencional das tradições e costumes locais, pode levar a uma perda de apoio da população e da confiança das agências” (Brasil, 2021b, p. 2-9). Assim, a sensibilidade cultural, a capacidade de comunicação eficaz, a negociação e a mediação tornam-se habilidades importantes para os militares envolvidos em operações de estabilização, permitindo-lhes atuar com liberdade de ação ainda que diante de eventuais complexidades sociais e políticas do ambiente.

“A dimensão humana nas operações de estabilização não é um aspecto secundário, mas um vetor de impulsão para o alcance dos objetivos nas dimensões física e informacional.”

Além da interação direta quando da atuação no terreno, a dimensão humana é o palco da guerra da informação. Em conflitos contemporâneos, as narrativas, a desinformação e a propaganda desempenham um papel tão significativo quanto as operações cinéticas. A percepção da população sobre a missão, a legitimidade das ações militares e a credibilidade das forças é constantemente moldada por um fluxo de informações, muitas vezes distorcidas por atores adversários. Nesse cenário, a integração das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) – como Comunicação Social, Operações Psicológicas, Guerra Cibernética, Guerra Eletrônica e Inteligência – é vital. Essas capacidades, conforme o Manual de Campanha Operações, visam a “moldar o ambiente informacional e/ou alcançar objetivos informacionais específicos, de forma a alterar percepções e influenciar determinadas audiências” (Brasil, 2025, p. 5-11). As ações informacionais, quando bem executadas e alinhadas com a manobra, permitem influenciar comportamentos, proteger o processo decisório próprio e neutralizar os efeitos das ações adversas na dimensão informacional, consolidando a legitimidade e o apoio à missão.

A dimensão humana nas operações de estabilização não é um aspecto secundário, mas um vetor de impulsão para o alcance dos objetivos nas dimensões física e informacional. A capacidade de operar eficazmente nesse domínio, construindo confiança, compreendendo as nuances culturais e cooperando com o gerenciamento do ambiente informacional, colabora para o sucesso em missões nas quais a proteção de civis e a construção da paz são os objetivos primordiais, seja em contextos de Defesa da Pátria ou de Manutenção da Paz sob a égide de organismos internacionais.

A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA E SEU CONFLITO INTERNO

A RCA é um exemplo emblemático da complexidade e dos desafios inerentes aos conflitos contemporâneos, na qual a fragilidade estatal, a proliferação de grupos armados e a profunda crise humanitária se entrelaçam, tornando-a um ambiente particularmente desafiador para operações de estabilização. O conflito na RCA não é monolítico, mas sim uma tapeçaria de disputas políticas, econômicas e sociais, frequentemente mascaradas por divisões étnico-religiosas.

Historicamente, a RCA tem sido marcada por uma instabilidade política crônica e uma governança pública precária. Essa fragilidade institucional resulta em um vácuo de autoridade que é prontamente preenchido por uma miríade de grupos armados e milícias. A ausência de um controle estatal efetivo sobre o território e seus recursos naturais – como ouro, diamantes e madeira – alimenta a economia de guerra, perpetuando o ciclo de violência. A Resolução nº 2.759 (ONU, 2024) do Conselho de Segurança da ONU condena explicitamente “atividades criminosas transfronteiriças por todas as partes, particularmente grupos armados, como tráfico de armas, comércio ilícito, exploração ilegal e tráfico de recursos naturais, incluindo ouro, diamantes, madeira e vida selvagem” (ONU, 2024, p. 8, tradução nossa). Essa exploração ilícita não apenas financia os grupos armados, mas também priva o Estado de receitas vitais para o desenvolvimento e a provisão de serviços básicos, aprofundando a crise humanitária.

Nesse cenário, a população civil é a principal vítima. Milhões de centro-africanos foram forçados a se deslocar internamente ou a buscar refúgio em países vizinhos, como evidenciado pela situação no campo de M'Poko, em Bangui. O Manual de Campanha Proteção de Civis aponta que a precariedade institucional cria um "cenário de risco à população civil, por proteger quem detém o poder local" (Brasil, 2021a, p. 4-19). A vulnerabilidade dos deslocados é agravada pela dificuldade em distinguir combatentes de não combatentes, uma vez que os grupos armados frequentemente se misturam à população, utilizando-a como escudo humano ou base de apoio. Essa tática restringe a liberdade de ação das forças de paz e aumenta o risco de efeitos colaterais, tornando a proteção de civis uma tarefa de extrema complexidade (Brasil, 2021a).

A crise humanitária na RCA é severa e, em 2025, ainda persistente. A infraestrutura básica, já deficiente, é constantemente danificada pelos combates, interrompendo o acesso a serviços essenciais como água, saneamento, saúde e educação. A Resolução nº 2.759 (2024) expressa "séria preocupação com a terrível situação humanitária na RCA, e as consequências da situação de segurança no acesso humanitário" (ONU, 2024, p. 3). A falta de acesso a esses serviços, combinada com a insegurança alimentar e a privação econômica, torna os civis ainda mais vulneráveis, criando um ciclo vicioso de violência e desespero (Brasil, 2021a).

Além das dimensões física e socioeconômica, o conflito na RCA é intensamente travado no domínio informacional. Narrativas de ódio, desinformação e incitação à violência, frequentemente baseadas em divisões étnicas ou religiosas, são disseminadas por meio da mídia local e das redes sociais. A Resolução nº 2.759 condena "campanhas de desinformação, incluindo por meio de mídias sociais" e "incitamento ao ódio e à violência" (ONU, 2024, p. 4, tradução nossa). Esse fator informação (Brasil, 2021b) é um campo de batalha crucial, no qual a percepção da população e a legitimidade das ações dos atores envolvidos são constantemente disputadas, impactando diretamente a capacidade de estabilização.

A atuação da MINUSCA reflete a complexidade desse ambiente. Com um mandato robusto de proteção de civis, essa missão opera em um contexto em que a restauração da autoridade estatal, o desarmamento de grupos armados e a provisão de ajuda humanitária são tarefas interligadas e interdependentes. Seu sucesso não depende apenas da capacidade militar de impor a segurança, mas, fundamentalmente, da habilidade de navegar pelas complexidades da dimensão humana, construindo pontes com as comunidades heterogêneas, e combatendo as raízes profundas da instabilidade.

UM INCIDENTE INFORMACIONAL EM BANGUI

A capital da RCA, Bangui, foi palco de uma situação que demonstra a fragilidade e a rapidez com que a desinformação pode se alastrar, inflamando ânimos e ameaçando a já precária estabilidade. A narrativa começa com a chegada de um barco transportando armamentos pelo rio Bangui. Esse barco, proveniente de um determinado país e escoltado por pessoal da Organização das Nações Unidas (ONU), possuía escrituras em árabe em seus contêineres.

Aqui, o contexto se torna crucial: a RCA era, e ainda é profundamente marcada por um conflito armado com linhas de divisão, em parte, baseadas em identidades religiosas, como o confronto entre os grupos *Ex-Séléka* e *Anti-Balaka*. Nesse ambiente polarizado, qualquer elemento que pudesse ser interpretado como um apoio indevido a um dos lados tinha o potencial de gerar uma reação explosiva.

A tragédia estava na percepção. Uma comunidade de pescadores, observando o barco com seus contêineres de armamento e as escrituras em árabe, interpretou a cena de forma equivocada e perigosa: a de que a ONU estaria fornecendo armamento aos *Ex-Séléka*. A realidade era bem diferente: os armamentos destinavam-se a um contingente policial que estava sendo formado por aquele mesmo país e que, de fato, estava sendo escoltado pela ONU como parte dos esforços de estabilização e reconstrução da segurança.

O que torna esse incidente particularmente instrutivo é a velocidade com

que essa percepção distorcida se espalhou. A desinformação não fluiu aleatoriamente, mas foi amplificada por figuras-chave na estrutura social local: os *Mocondi*, que eram os chefes de vila. Dada a idade avançada e o respeito culturalmente arraigado que os *Mocondi* gozam na sociedade centro-africana, suas palavras carregam um peso imenso, praticamente sendo tomadas como verdade incontestável pela comunidade.

Diante da explosiva situação gerada pela percepção equivocada da população sobre o carregamento da ONU, a reação da missão foi imediata e inteligentemente direcionada. A inteligência da missão agiu rapidamente para identificar a raiz da desinformação: os *Mocondi* tinham uma influência imensa na formação da opinião local.

A decisão foi não apenas emitir uma contrainformação genérica, mas ir diretamente à fonte de autoridade e influência humana que havia catalisado a percepção distorcida. O oficial de inteligência solicitou que a equipe de observadores militares, que já possuía um contato estabelecido com os *Mocondi* no dia a dia, abordasse a questão para confirmar a

informação e, se possível, reverter a narrativa.

Foi exatamente isso que a equipe do *Team Site 100* (TS-100) fez. Eles se deslocaram para a comunidade ribeirinha, um local que, por sua precariedade, raramente contava com a presença da ONU e era, inclusive, percebido como um ambiente hostil. Apesar da recepção inicial adversa, o que era compreensível, dado o nível de desconfiança e raiva gerado pela desinformação, a equipe do TS-100 demonstrou resiliência e habilidades cruciais para gerenciar a dimensão humana nas operações de estabilização.

A equipe aplicou uma série de “técnicas e ferramentas” para romper essa má recepção, como: a disposição de sentar-se “no chão, em roda” por três horas, uma postura de humildade e igualdade; permitir que a comunidade expressasse suas preocupações e raivas; compreender a dinâmica local, como o respeito pelos *Mocondi* e a importância dos homens na comunidade pesqueira para discussões sérias; e, por fim, explicar detalhadamente a missão da ONU, seus objetivos, a finalidade do armamento e para quem ele se destinava.

Fig 1 - Mediação com a colônia de pescadores



Fonte: o autor.

Essa conversa não foi apenas com o líder, mas com todos os homens daquela comunidade de pescadores¹. Esse engajamento amplo e direto é fundamental para o que o Manual de Campanha Assuntos Cíveis (Brasil, 2021b, p. 2-3) descreve como a função da CIMIC: “estabelecer, manter, influenciar ou de explorar as relações entre as forças militares, as agências e a população em uma área operacional” e a tarefa de realizar engajamento civil, descrito como:

(...estabelecer ligação com organizações governamentais, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, organizações privadas e a população) – estabelecer relações de confiança mútua e obter a interoperabilidade com as diversas agências e líderes comunitários (população). Tarefa exercida, normalmente, por militares (O Lig) de EM e de OM As Civ, que executam as funções de assuntos de governo e de CIMIC (Brasil, 2021b, p. 2-19, grifos do autor).

¹A atividade de pesca era realizada predominantemente por homens, sendo rara a presença feminina nesse ambiente.

A paciência e a dedicação da equipe em esclarecer a verdade, sem recorrer à imposição, foram decisivas, sendo notável o resultado dessa interação: após as três horas de diálogo exaustivo, a verdade foi compreendida. O Mocondi da vila, agora munido da informação correta e de uma compreensão mais clara da missão da ONU, repassou o que aprendeu na reunião com os observadores militares para a sua comunidade e, presumivelmente, para outras comunidades sob sua influência.

O impacto foi célere e efetivo: em cerca de 48 horas, toda a insurgência que estava sendo preparada já tinha sido desmobilizada. Uma nascente crise, com potencial de gerar mais uma recorrência de confrontação armada na capital, havia sido evitada.

A EVACUAÇÃO DO CAMPO DE DESLOCADOS DE M'POKO

O campo de deslocados internos (IDP Camp – sigla em inglês) de M'Poko, localizado ao lado do Aeroporto Internacional de Bangui, na capital da República Centro-Africana (RCA), era um dos símbolos mais visíveis da crise humanitária no país. Formado a partir de 2013 e expandido à medida que novos deslocados chegavam à capital, o campo se tornou o lar de milhares de pessoas, a maioria abrigada em barracas improvisadas, muitas vezes utilizando as estruturas antigas dos hangares como base, com a infraestrutura sendo construída e expandida ao redor.

Fig 2 - Campo de deslocados M'POKO em 2014



Fonte: Google Earth.

Fig 3 - Hangares em M'Poko



Fonte: MSF.

A vida em M'Poko era marcada por condições extremamente precárias. Além da superpopulação e da insalubridade, que levavam à proliferação de doenças e a graves violações de direitos humanos, incluindo violências sexuais e violações dos direitos da criança, o campo se desenvolveu em uma proximidade perigosa com a pista do aeroporto. Diversas agências humanitárias, como a Organização Internacional para as Migrações (IOM, na sigla em inglês), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR na sigla em inglês) e o hospital dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), atuavam intensamente no local, fornecendo apoio essencial em um ambiente tão desafiador.

A proximidade do campo com a pista gerava uma série de problemas críticos para a segurança das operações aéreas. A grande quantidade de lixo produzida pela comunidade se acumulava nas imediações da pista, e, mais grave, os próprios deslocados ocasionalmente transitavam pela área do aeroporto, cruzando a pista para acessar plantações ou outros pontos no entorno. Relatos de tripulações de aeronaves, como as da Air France, que tiveram que arremeter devido ao perigo na pista, tornaram-se comuns, evidenciando a seriedade da ameaça e a não conformidade com normas técnicas internacionais.

Para mitigar o risco imediato, patrulhas foram intensificadas em torno da pista com contingentes da MINUSCA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana), a fim de evitar que as pessoas cruzassem a pista durante as aproximações

de aeronaves. No entanto, a persistência do problema levou as agências internacionais de aviação civil e transporte aéreo a emitirem parecer de que o campo de M'Poko deveria deixar de oferecer risco às operações aéreas. Caso contrário, o aeroporto de Bangui perderia sua certificação internacional.

Fig 4 - Campo de M'Poko e a pista de pouso



Fonte: Pacome Pabamdji/ANP/Getty Images – Blog tumblr (2014).

A consequência seria grave: o aeroporto de Bangui é o único ponto de acesso internacional por via aérea para a RCA, um país sem litoral. A perda da certificação inviabilizaria a logística internacional de apoio à missão de paz e à ajuda humanitária, tornando o transporte de suprimentos e pessoal infinitamente mais complexo e caro, já que as alternativas por estradas eram extremamente precárias, ou seja, um risco de impacto catastrófico na manobra física.

Diante da situação, a solução encontrada pelo governo centro-africano, em colaboração com algumas agências humanitárias, foi a evacuação total do campo de deslocados de M'Poko. A metodologia escolhida para essa desmobilização foi a indenização financeira.

Um prazo foi estabelecido para o cadastramento de todos os moradores do campo. Cada família receberia uma quantia equivalente em dólares para que pudessem buscar novas moradias em outros locais da capital. O valor-base era de aproximadamente 100 dólares por casal, com acréscimos de cerca de 25 dólares por filho, limitado a três filhos, perfazendo um máximo de 175 a 200 dólares por família. Agências como a Cruz Vermelha Nacional, UNHCR e a IOM apoiaram ativamente esse processo de desmobilização.

Fig 5 - Controle de saída e pagamento aos moradores cadastrados



Fonte: o autor.

No entanto, essa solução, embora aparentemente direta para o problema da segurança aérea, gerou um efeito colateral significativo, e talvez não planejado, que impactou diretamente a dimensão humana dos deslocados.

À medida que os moradores de M'Poko, carregando seus poucos pertences em carrinhos de mão, deslocavam-se para outros bairros da capital em busca de moradias, eles se deparavam com uma realidade de mercado inflacionada. Os proprietários e gerentes de imóveis, ao identificarem que se tratava de pessoas vindas do campo de M'Poko – e, portanto, cientes de que haviam recebido uma indenização – começaram a cobrar valores de aluguel que correspondiam exatamente ao valor da compensação recebida. Casas vazias há anos, repentinamente, tinham seu primeiro mês de aluguel estipulado pelos proprietários em 175 ou 200 dólares para um casal com três filhos, coincidindo com os valores que haviam recebido para a desocupação.

Essa prática gerou uma inflação gigantesca no custo de aluguel de imóveis, especialmente para essa população vulnerável. O capital inicial que deveria lhes prover um novo começo se esgotava rapidamente, muitas vezes no pagamento de apenas um mês de aluguel.

O campo de deslocados de M'Poko havia sido formalmente esvaziado, e essa afirmação era corroborada pelos sistemas de vigilância da ONU, incluindo câmeras de segurança e balões de observação, que mostravam a área como desocupada. A

solução de indenização financeira, embora com seus efeitos colaterais no mercado imobiliário, visava resolver o problema da segurança aérea do aeroporto.

No entanto, a realidade no terreno se mostrou mais complexa do que as imagens captadas por equipamentos. Quando os observadores militares se dirigiram ao local para validar a informação *in loco*, eles se depararam com uma situação surpreendente: várias pessoas estavam retornando e se alojando discretamente em áreas que as câmeras da ONU não identificavam. Essas áreas incluíam os espaços debaixo das

asas de aviões sucata, em alguns hangares abandonados e, principalmente, sob a copa das poucas árvores existentes no local.

Essa tática não era aleatória; os deslocados haviam compreendido os limites da vigilância tecnológica da ONU. Eles sabiam que, ao permanecerem ocultos dessas câmeras, evitariam serem identificados e, conseqüentemente, não seriam removidos por tropas de polícia ou contingentes militares. A resiliência e a capacidade de adaptação dessa população vulnerável os levaram a uma “guerrilha” de esconderijos, buscando segurança e abrigo onde não seriam notados.

Fig 6 - Primeiros regressos ao IDP M'Poko



Fonte: o autor.

Foi nesse contexto de retorno “invisível” que os observadores militares, por meio de seu contato direto e humano com a população no terreno, conseguiram identificar e compreender a real dimensão do problema. A “abordagem” humana dos observadores revelou que o campo, embora “vazio” para as câmeras, ainda abrigava uma população resiliente e desesperada. Foi também nesse momento de interação que o problema da exploração comercial dos imóveis, nos quais as indenizações eram imediatamente absorvidas por aluguéis superfaturados, foi plenamente identificado e reportado.

A situação ressaltou um ensinamento crucial sobre a dimensão humana: a observação puramente tecnológica é “fria” e limitada. As câmeras e balões, por mais avançados que sejam, capturam apenas o que está observado em sua linha de visão e não conseguem discernir as nuances do comportamento humano, as motivações por trás de certas ações ou as condições subjacentes que forçam

as pessoas a agir de determinada maneira. A verdadeira “vulnerabilidade da manobra” de esvaziamento do campo só foi identificada pelos observadores militares em contato com a população que estava regressando.

Essa capacidade de percepção humana e de interação direta permitiu que os observadores militares adotassem uma abordagem mais humanizada. Ao entenderem que as pessoas estavam retornando não por desafio, mas porque haviam sido economicamente exploradas e não tinham para onde ir após esgotar suas indenizações, os militares puderam evitar uma resposta rígida baseada em suas RE. Em vez de simplesmente expulsá-los, o que suas RE poderiam, em tese, permitir se o mandato fosse manter o campo desocupado, eles optaram por relatar a situação e buscar uma solução mais compassiva.

Diante da nova realidade e das informações trazidas pelos observadores militares, a ONU foi compelida a revisar sua estratégia. A solução encontrada foi acionar

outras agências para que essa população que havia retornado ao campo recebesse novas indenizações e apoios, sendo então realocada para outras áreas da capital. Essa medida, embora represente uma segunda onda de esforços e recursos, demonstra a capacidade de adaptação da missão quando confrontada com informações fidedignas obtidas por meio de fontes humanas.

O caso de M'Poko é um lembrete crítico de que as operações de estabilização e as intervenções humanitárias, por mais bem-intencionadas que sejam, podem gerar efeitos colaterais complexos. A dimensão humana exige que se olhe, além da solução imediata, para um problema pontual (a segurança do aeroporto, neste caso) e se antecipe os efeitos secundários e terciários sobre a população.

A utilização das tecnologias de observação é importante, mas deve ser confirmada e complementada por sensores humanos com capacidade de aprofundar o entendimento do problema e evitar decisões equivocadas do emprego da Força.

A PROTEÇÃO MILITAR AO “ESPAÇO HUMANITÁRIO”

A total inoperância do Estado centro-africano determina a atuação de organizações humanitárias em todas as atividades nas quais se visualizam algum apoio às mais de duas milhões de pessoas que necessitam de algum suporte para sobreviver no país, tais como gestão de hospitais, distribuição de alimentos, organização de campos de refugiados/deslocados internos, entre outras atividades congêneres. As organizações humanitárias, por princípios e políticas de atuação, desenvolvem suas atividades de maneira autônoma, segundo o arcabouço conceitual denominado de “espaço humanitário”.

“Espaço humanitário” é uma expressão que encerra um conceito muito amplo, mas a DMT o objetivou como área onde todos os princípios humanitários são garantidos, principalmente, a neutralidade, a imparcialidade e a independência, sendo preferivelmente desmilitarizada (Brasil, 2021b). Respeitá-lo, em termos práticos, é deixar os atores humanitários conduzir isoladamente as interações nas quais estejam envolvidos. É uma questão doutrinária e de segurança.

Infelizmente, há muitos exemplos ao longo da história e em várias partes do mundo onde trabalhadores e instituições humanitárias pagaram com suas vidas ou foram alvos de ataques covardes por interagir, mesmo que minimamente e em caso de real necessidade, com atores de alguma forma envolvidos no conflito em áreas conflagradas, ainda que alguns desses sejam imparciais e estejam respaldados pela comunidade internacional como, por exemplo, tropas da ONU.

Nesse contexto, é sempre útil relembrar a diferença entre neutralidade e imparcialidade. Sem pretensão de enunciar definições, pode-se afirmar que “neutralidade” refere-se à inação total, fora de suas atribuições assistenciais, para frear quaisquer atos das partes em conflito, não importa quais ações/atrocidades tenham sido realizadas. O Conceito de “Imparcialidade”, por sua vez, preceitua que decisões e intervenções devem ser conduzidas sem favorecimento, discriminação ou preconceito, baseando-se unicamente em critérios objetivos, justos e equitativos.

O mandato do hipotético ator humanitário em tela está ligado tão somente ao atendimento de saúde, por exemplo, e, dentro desta baliza, todas as pessoas serão atendidas. Por outro lado, a imparcialidade está ligada ao fato de não se atuar deliberadamente contra nenhuma parte em conflito, abstendo-se de adotar qualquer partido na disputa. Tal característica não significa deixar de agir quando uma das partes em oposição realiza atos que devem ser repelidos segundo o DIH, como, por exemplo, um ataque a uma comunidade civil vulnerável, por qualquer que seja o motivo alegado.

A neutralidade é uma das grandes características das organizações humanitárias que, dentro de seus mandatos, atendem a todos os seres humanos nas regiões nas quais estão presentes, independentemente se, minutos antes, tais pessoas estavam, por exemplo, praticando alguma atrocidade.

Chanceladas pela comunidade internacional e atuando de maneira realmente imparcial, as tropas da ONU ou de qualquer outro organismo internacional envolvidas em missões de paz veem-se, por vezes, obrigadas a adotar duras medidas diante de um dos atores envolvidos no conflito, recorrendo inclusive à

abertura de fogo, no cumprimento de seus mandatos que sempre são estabelecidos para preservação da vida humana e para a busca da solução do conflito ora em pacificação.

No Setor Leste da MINUSCA, em virtude dos repetidos episódios de confrontos armados, foram vivenciadas muitas situações nas quais as tropas da MINUSCA eram obrigadas a abrir fogo para proteger campos de deslocados, comunidades civis vulneráveis ou atores humanitários ameaçados por grupos armados confrontantes.

Fig 7 - Deslocados, em Bria, buscando refúgio dentro da Base Militar da MINUSCA



Fonte: o autor.

Nessa realidade, a preservação do espaço humanitário, com atuações das agências/ organizações assistenciais dissociadas das tropas da ONU, não foi suficiente para impedir infelizes incidentes nos quais agentes e instalações humanitárias foram seriamente afetados.

“Para alterar o cenário e cumprir a missão de proteger adequadamente o espaço humanitário, foi necessário um lento trabalho de unificação de planejamento, posto que as agências assistenciais e ONG presentes planejavam atividades de acordo com seus objetivos...”

Entre os tristes episódios ocorridos no Setor Leste, durante o período de 2016 e 2017 na MINUSCA, destacaram-se, tragicamente: o caso de um bebê baleado nos braços da mãe, dentro de um hospital

na cidade de Zemio; a forte interferência no funcionamento dos hospitais regionais das cidades de Bangassou e de Bria; e as constantes ameaças às bases das Organizações Não Governamentais (ONG) que estocavam gêneros destinados a serem distribuídos em ações assistenciais.

Em todos esses casos, o espaço humanitário não foi respeitado por algum dos grupos armados que, a partir da ausência de tropas da MINUSCA nos seus arredores, perpetraram atos absurdos, alguns dos quais crimes internacionais de guerra.

Para alterar o cenário e cumprir a missão de proteger adequadamente o espaço humanitário, foi necessário um lento trabalho de unificação de planejamento, posto que agências assistenciais e ONG presentes planejavam atividades de acordo com seus objetivos e estratégias para atingi-los, por óbvio, de maneira totalmente independente, mas os recursos militares para protegê-los eram muito escassos.

Tal solução inicial foi desgastante para os envolvidos porque todos foram impelidos a concentrar atividades humanitárias, realizando-as sob a proteção cerrada das tropas da MINUSCA, protegendo adequadamente as atividades humanitárias realizadas e, conseqüentemente, a dimensão humana. Em decorrência, as reuniões regulares de coordenação civil-militar (Doutrina UN-CIMIC da ONU), anteriormente semanais, passaram a ser muito mais frequentes e tensas pelas discussões das ações que seriam atendidas, concentradas ou, eventualmente, suspensas.

Fig 8 - Reunião de Coordenação Civil-Militar (ONU) ou Cooperação Civil-Militar (DMT)



Fonte: o autor.

A Reunião de Coordenação Civil-Militar, como é chamada pela doutrina da ONU, é descrita pela DMT quando da instalação e operação do Centro de Cooperação Civil-Militar (C³M), onde: “O C³M tem as finalidades de viabilizar a ligação civil-militar, facilitar o compartilhamento de informações, agilizar a interface com o ambiente civil e fornecer aconselhamento sobre a disponibilidade e sobre os mecanismos de assistência às organizações civis” (Brasil, 2021b, p. 3-7).

Tal equação não é novidade nos estudos de defesa e segurança. Ao contrário, a “balança” entre segurança e funcionalidade/liberdade de ação é um pressuposto conceitual bastante conhecido. No entanto, administrar o mencionado conceito em situações de conflito armado com muitas vidas em risco iminente, dentro de um contexto de enorme vulnerabilidade social, convivendo com entidades regidas por mandato e políticas específicas, trabalhando em ambiente de restrições às mais básicas necessidades humanas, tornou esse balanço conceitual um problema realmente complexo.

A solução adveio do entendimento conjunto de que todos os atores envolvidos deveriam, dentro da função precípua da assistência à população civil, trabalhar no limite de suas atribuições para a busca de soluções consensuais, mantendo, assim, a legitimidade de cada agência. Como exemplo, pode-se citar o deslocamento de viaturas militares para escoltar ambulâncias de organizações humanitárias. Uma solução simples, consensualmente construída e altamente eficaz, que assegurou proteção às ações humanitárias e salvaguardou a

dimensão humana da região.

Outra solução adotada – igualmente elementar, mas altamente efetiva – foi o estabelecimento de canais de comunicação diretos entre o componente militar do Setor Leste da MINUSCA e as organizações humanitárias. Obviamente, as agências da ONU coordenadoras dos esforços humanitários também eram envolvidas na comunicação, mas a ligação direta com as tropas da MINUSCA assegurou agilidade em caso de ameaças às bases humanitárias.

O conhecimento em tempo real de ameaças a algumas bases humanitárias gerou outro ensinamento no sentido de que, quando da iminência da eclosão de conflitos, tropas devem ser desdobradas o mais rapidamente possível para locais que se configuravam como atrativos para os grupos armados, como hospitais e depósitos de mantimentos. Ao assegurar a proteção desses locais com força militar, eram emitidos alertas para concentrar todo pessoal humanitário das adjacências na instalação protegida, propiciando maior segurança, mesmo com um confronto armado em desenvolvimento.

Outro aspecto foi organizar atividades assistenciais conjuntas, como distribuição de alimentos e “comboios humanitários”, todas protegidas por tropas da MINUSCA para evitar ataques ou quaisquer outras intercorrências realizadas por grupos armados. Adicionalmente, medidas congêneres foram adotadas, em grande maioria colimadas com a necessária unificação de esforços e pautadas na flexibilidade para ajustes em planejamentos e ações institucionais isoladas para vencer adversidades impostas pelas situações de crise.

Fig 9 - Distribuição Humanitária de Alimentos na Cidade de Bria



Fonte: o autor.

Deve-se destacar, porém, que a proteção militar às atividades humanitárias apenas era efetivada em situações excepcionais ou durante os picos das crises de segurança, oportunidades nas quais os atores humanitários corriam alto nível de risco pela possibilidade iminente de serem atacados ou de serem envolvidos em confrontos armados.

Findas tais situações ou ao serem observados indicadores de melhora na situação de segurança, os próprios atores humanitários solicitavam o afastamento das tropas da MINUSCA, retornando à sua rotina de manutenção do distanciamento de tropas militares para evitar interferências no espaço humanitário.

CONCLUSÃO

As experiências abordadas ao longo do texto apresentam a importância da atuação militar com ênfase na dimensão humana, em contextos de operações de estabilização, e como elas se relacionam com causa e efeito nas dimensões físicas e informacionais.

No caso do incidente informacional com a colônia de pescadores, pode ser observado que não adiantava mais informação contra a desinformação já disseminada. A solução não estava em sobrecarregar a população com comunicados oficiais, mas em ir direto à fonte humana para que a desinformação, ainda que involuntária, pudesse ser corrigida por meio da confiança e do diálogo interpessoal.

Esse exemplo realçou a importância de militares preparados não apenas em táticas de combate, mas em habilidades de comunicação, negociação e compreensão cultural, tornando-os verdadeiros “pacificadores” no sentido mais amplo, capazes de navegar e influenciar o complexo “terreno humano”. A desmobilização da insurgência em Bangui é um forte argumento de que a guerra da informação é vencida, muitas vezes, não com poder de fogo, mas com o poder do diálogo e da confiança.

O incidente de M’Poko serve como um poderoso exemplo da tese de que a dimensão humana é o centro de gravidade em operações de estabilização. Ele sublinha que, por mais que a tecnologia seja um

suporte valioso, ela nunca substituirá a inteligência humana, a sensibilidade cultural e a empatia na compreensão e no manejo de crises humanitárias complexas. A capacidade dos observadores militares de “entrar na alma do problema”, no caso, ir além das imagens das câmeras e dialogar com a população, foi o que permitiu uma compreensão completa da situação e a adoção de uma resposta mais justa e eficaz, evitando um ciclo vicioso de deslocamento e sofrimento. A flexibilidade na aplicação das RE, pautada pela compreensão da realidade humana no terreno, é um ensinamento fundamental para a proteção de civis.

Em Bria, as ações CIMIC, que promoveram a cooperação entre agências, não só acordaram responsabilidades, mas também garantiram o funcionamento do espaço humanitário, a segurança dos atores humanitários e a proteção efetiva de civis deslocados, contribuindo para a manutenção da legitimidade das ações das tropas da ONU e para a estabilização prevista pelo mandato da missão.

Assim, pode-se observar que ensinamentos vivenciados por oficiais do Exército Brasileiro, em contextos de instabilidade ou conflito externos, refletem a relevância da dimensão humana e seus desdobramentos para as dimensões física e informacional.

O Centro de Doutrina do Exército, por meio da Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas (SADLA), desenvolve a DMT com base nas experiências doutrinárias oriundas da instrução individual e coletiva, dos exercícios de adestramento e do emprego da Força em operações militares, como nos casos apresentados.

Vale destacar que as ações adotadas por militares brasileiros na RCA, entre 2016 e 2017, estão alinhadas com a DMT publicada em 2021, apontando como a Força Terrestre tem aproveitado experiências individuais de diversas missões em contexto internacional, em ambientes peculiares, para refinar e orientar o preparo e o emprego dos seus recursos humanos, considerando o equilíbrio necessário do esforço nas dimensões humana, física e informacional, por meio do vetor balizador: a doutrina.

REFERÊNCIAS

- BANGUI BUSH PILOT. Caution: people on the runway. Blog TUMBLR. Publicado em 2014. Disponível em: <https://banguibushpilot.tumblr.com/post/103880122607/caution-people-on-the-runway>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Ajuda Humanitária**. MC 3.54. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2023.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Assuntos Cíveis**. MC 3.41. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021b.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações**. MC 3.0. 6. ed. Brasília, DF: COTER, 2025.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Proteção de Cíveis**. MC 3.61-10. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021a.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução nº 2.281**. Nova Iorque, 2016a.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução nº 2.301**. Nova Iorque, 2016b.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução nº 2.387**. Nova Iorque, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução nº 2.759**. Nova Iorque, 2024.
- MSF. **Five reasons to care about the closure of Mpoko camp**. Publicado em 24 jan. 2017. Disponível em: <https://www.msf.org/central-african-republic-five-reasons-care-about-closure-mpoko-camp>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SOBRE OS AUTORES

O Coronel de Cavalaria LUIZ CLAUDIO TALAVERA DE AZEREDO é Assistente do Chefe do Estado-Maior do Exército. Foi declarado Aspirante a Oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1996. Kursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 2004, e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no biênio 2012-2013. Entre os Cursos civis que possui, destaca-se a graduação como Bacharel em Direito. Foi Comandante do 8º Regimento de Cavalaria Mecanizado, entre 2018 e 2021, e Chefe do Estado-Maior da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada no biênio 2021-2022. Possui o Curso de Oficiais de Estado-Maior das Nações Unidas e foi Chefe da Seção de Operações do Setor Leste da Missão Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA) no decorrer dos anos de 2016 e 2017. Entre os anos de 2022 e 2024, nos Estados Unidos da América (EUA), foi Assessor de Desminagem Humanitária da Junta Interamericana de Defesa e Delegado do Exército Brasileiro na Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa. (talavera.azeredo@eb.mil.br)

O Tenente-Coronel de Infantaria ALEXANDRE SHOJI é formulador doutrinário de movimento e manobra, Assuntos Cíveis e Operações de Informação do Centro de Doutrina do Exército (C Dou Ex). Foi declarado aspirante a oficial em 2004, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Kursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e defendeu dissertação de mestrado acerca de Assuntos Cíveis em 2013. Compôs o 6º Contingente Brasileiro de Força de Paz no Haiti; foi instrutor e Chefe da Seção CIMIC no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Possui o Curso de Especialista em Missão de Paz, pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Chile (CECOPAC), e o Curso de Observador Militar, pelo CCOPAB. Foi observador militar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana, atuando como oficial de Informações, Operações e CIMIC em Team Site e na Célula de Coordenação de Observadores Militares do Quartel-General. No biênio 2020-2021, frequentou o Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME. Em 2022, atuou como mentor CIMIC na Operação Viking 22 e foi painelistas sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração no 2º Simpósio de Assuntos Cíveis do Exército Brasileiro. No biênio 2022-2023, foi relator do tema e coordenador da direção do exercício na Operação Paraná III, 1ª e 2ª fases. (shoji.alexandre@eb.mil.br).